

Margarida C. Ribeiro e Roberto Vecchi

Eduardo Lourenço e o 'impensado colonial'

“Mantivemos a mesma estrutura, mas integramos textos inéditos e outros publicados inicialmente em francês. O suplemento de textos confirma algumas características que EL reconhece em Portugal como traço ontológico”, dizem-nos os dois organizadores do volume *Do Colonialismo como Nosso Impensado*, de que vai sair uma 2ª edição revista e aumentada. Entrevista e pré-publicação de um desses inéditos

D

Dez anos após a sua publicação inicial vai sair, coincidindo com a celebração dos 50 anos do 25 de Abril, e com a chancela da Gradiva, uma 2ª edição, revista e aumentada, da coletânea de ensaios de Eduardo Lourenço *Do colonialismo como nosso impensado*. A responsabilidade da organização/edição do volume é, em 2024 como agora, dos dois titulares da Cátedra Eduardo Lourenço da Universidade de Bolonha, Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. A primeira, doutorada pelo King's College, investigadora-coordenadora do CES da Un. de Coimbra, especialista em pós-colonialismo e cidadania global; o segundo prof. catedrático de Literatura Portuguesa e Brasileira na referida Un. de Bolonha, anterior diretor do seu Departamento de Línguas, Literatura e Culturas Modernas, com uma importante obra como lusitanista, de cuja Associação Internacional foi presidente.

Como se disse, esta 2ª edição tem alguns novos textos, inéditos e dispersos, o tema continua a manter a atualidade e o interesse, o pensamento crítico de Eduardo Lourenço continua a mostrar-se único e brilhante. O JL entrevistou, em conjunto, os dois responsáveis pelo volume e antecipa um dos inéditos do livro, que chegará às livrarias no início de abril

Jornal de Letras: A 2ª edição de *Do colonialismo como nosso impensado* aparece como obra 'póstuma' em relação à 1ª. Porquê?

Margarida Calafate Ribeiro/Roberto Vecchi: Eduardo Lourenço (EL), em 2014, com a sua típica ironia, pelo papel que nós tivemos com ele na organização do volume definiu-o como



Eduardo Lourenço "Nas colónias reconhece o rosto de Portugal e isto é objeto de uma atenta desmontagem crítica"

CONÇALDO ROSA DA SILVA

Inédito

O supremo pecado do racismo

EDUARDO LOURENÇO

O supremo pecado do racismo, como de toda a alienação, é convencer o alienado de que ele é sujeito de culpabilidade. Ser negro não é somente um pecado aos olhos do branco que o despreza, mas aos seus mesmos. Ter criado numa extensa parte da humanidade a vergonha de ser quem é, esta é a vitória absurda, horrível, mas não menos real, do homem branco sobre o homem de cor.

E talvez a mais profunda manifestação deste triunfo nem seja sequer a plenitude efetiva dessa vergonha, pois um tal extremo pode, por milagre ou por tomada de consciência dela, inverter um dia o seu curso e assumir-se em plena luz. Ao menos como princípio, pois nem por isso as dificuldades históricas do ser negro desaparecerão como por encanto.

Mais radical que essa extrema alienação, na qual há o ódio da sua condição, é aquela que se pode descrever sob a forma da alienação da esperança. Em seu nome, como o branco Griffin (John) o pôde constatar, se introduz no próprio mundo negro.

Não há uma gota de injustiça que se perca

no universo humano. O branco acumulou sobre a alma negra, sobre a sua vida quotidiana, uma asfixiante camada de desespero que, como fenómeno geral de uma raça, não teve jamais paralelo, salvo, sobre outro plano, sobre a alma judaica. Mas esta desesperança humana não se sumiu sob a terra.

Sob a forma de esperança extraterrestre, de vida celeste na pradaria, no sul divino que nesta lhe é negado, o negro inventou a forma mais próxima dos salmos de David que se possa conceber: o negro *spirituals*. Sob a forma de angústia substancial, a miséria do negro americano espalhou-se sobre a face da Terra e os mesmos brancos bebem sem se dar conta disso a envolvente, suicidária música de Miles Davis, voz da noite partilhando da melancolia desesperada a atrocidade sem perdão do branco americano.

O homem negro evolui num labirinto de frios olhares, o Minotauro está em toda a parte e tem Martin Luther King essa face branca que em dias de outra luz mais pura Fídias emprestou ao pai dos deuses.

o seu "primeiro póstumo". Agora, efetivamente, o volume inscreve-se como póstumo, mas um póstumo amplamente projetado e pensado pelo autor. Foi a partir da estrutura de 2014 que organizamos esta 2ª edição, revista e integrando alguns textos novos, que sai num momento muito importante - os 50 anos da Revolução dos Cravos.

Como surgiu o projeto de reunir os escritos de EL sobre o colonialismo?

O projeto surgiu no âmbito da Cátedra Eduardo Lourenço - do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua - na Universidade de Bolonha, de que somos titulares. A Cátedra foi inaugurada em 2007, por ocasião do doutoramento *honoris causa* do seu "patrono" e é um espaço de investigação e formação avançada, que já tem produzido muitos projetos de investigação e de formação académica sob a nossa responsabilidade. O projeto faz parte de uma investigação iniciada em 2011 no Acervo Eduardo Lourenço, antes na Torre do Tombo e agora na Biblioteca Nacional, a partir do trabalho de sistematização realizado por João Nuno Alçada, sob as orientações do próprio prof. EL e com o auxílio de dois jovens investigadores fundamentais: num primeiro momento Mónica V. Silva, e nesta nova fase Bruno Machado.

E sabemos que já têm outro projeto em preparação...

Sim, e já num estado avançado: a organização dos textos que o professor dedicou a Salazar, textos menos conhecidos e que formam um conjunto de grande interesse crítico e histórico. Formam de facto um outro *impensado de Portugal*, que com este que agora lançamos se conecta.

Quais as novidades desta 2ª edição?

Mantivemos a mesma estrutura, pensada por Eduardo Lourenço conosco em 2014, mas integramos textos inéditos e outros publicados inicialmente em francês. O suplemento de textos confirma algumas características do "impensado colonial" que EL reconhece em Portugal como traço ontológico. Trata-se



Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Em preparação um novo volume de textos de Eduardo Lourenço, no caso sobre Salazar

Um gesto cívico, uma reflexão crítica sobre o quanto a questão colonial enforma Portugal e o 25 de Abril – um livro fundamental, convite para repensarmos nas heranças vivas desse passado colonial no nosso presente português e europeu

de um pensamento cujos limiares remontam ao período em que viveu no Brasil, no fim da década de 50, lecionando filosofia na Universidade Federal da Bahia. De fora, e num país profundamente marcado pela herança colonial portuguesa, duas imagens claras surgem: por um lado, a questão colonial como central na definição da nação portuguesa e, por outro, a iminência do final do colonialismo na África então dita portuguesa, torna-se uma evidência.

É para isso contribuiu a sua experiência/vivência em França?

Contribuiu para isso e para o desenvolvimento do seu pensamento, em geral, em relação à situação portuguesa. Esta reflexão parte da sua reflexão sobre a democracia francesa, a sua imagem e as suas fissuras perante o conflito argelino, como se vê de um novo texto que podemos encontrar no livro. É, a partir da França, a visualização da questão colonial na Europa, na sua constituição e nos enlances do seu futuro, o que será determinante para alguns dos seus escritos posteriores.

De quando é esse texto?

Foi escrito em 1958, a iminência da guerra em Angola torna-se evidente, e quando acontece, em 1961, EL começa a produzir textos, claro que impossíveis de publicar na época mas que constituem o maior acervo crítico de

reflexão sobre a questão colonial portuguesa. Textos que chegam ao 25 de Abril de 1974, praticamente inéditos, e que vão sendo publicados esparsamente após a revolução. Mostrando uma maturidade de reflexão de longo curso, um pensamento de uma década à volta do problema colonial, que não se tinha construído no momento da revolução e da descolonização.

Entre esses textos, destacam algum?

Entre as ‘novidades’ existe, por exemplo, um texto preparado para a revista francesa *ESPRIT*, particularmente dedicado às guerras e intitulado “O labirinto da colonização”. Nas colónias EL reconhece o rosto de Portugal e isto é objeto de uma atenta desmontagem crítica, que não se esgota no momento da Revolução. Uma parte substantiva dos textos do livro são reflexões profundas sobre “a pele imperial” despida sem demoras no pós-25 de Abril, o súbito “esquecimento” de África, ainda que ela nos aparecesse a cada passo, ora sob a forma de ex-combatentes, retornados e negociações que nos iam descomprometendo de África e abrindo o caminho para a Europa.

Como foi a receção da obra e porquê reeditá-la?

Era fundamental fazê-lo, porque teve um enorme impacto nos estudos sobre o colonialismo português, sobre Portugal e nos estudos lourencianos. Ao longo destes dez anos foi sendo objeto de análise e de reflexão, é citadíssima, e há muito estava esgotada. Esta renovada e muito cuidada edição da Gradiva, nos 50 anos do 25 de Abril é, da nossa parte um gesto íntimo de gratidão por alguém, Eduardo Lourenço, que partilhou connosco o que foi para si o sonho, lucidamente estruturado, desse dia libertador; e um gesto cívico que oferece ao público uma reflexão crítica urgente sobre o quanto a questão colonial enforma Portugal e o 25 de Abril, possibilitando o encontro de Portugal com a liberdade e a democracia depois de mais de 40 anos de Salazarismo e de Estado Novo. Hoje em 2024, é um livro fundamental, é um convite para repensarmos nas heranças vivas desse passado colonial no nosso presente português e europeu. **JL**